

SUMÁRIO

Introdução	21
Capítulo I	
Das regras e dos princípios: do preceito da Proporcionalidade	25
1. Das regras e dos princípios.	25
2. Direitos Fundamentais, Bens Coletivos Constitucionais e Garantias Individuais Constitucionais.	32
2. 1. Direitos Fundamentais.	32
2.1.1. Direitos a algo.	33
2.1.2. Liberdades.	35
2.1.3. Competências.	36
2.2. Bens coletivos constitucionais.	38
2.3. Garantias individuais constitucionais.	39
3. Do preceito da proporcionalidade.	40
3.1. Adequação	42
3.2. Necessidade	43
3.3. Proporcionalidade em sentido estrito	44
4. Algumas referências sobre a aplicação do preceito da proporcionalidade.	46
Capítulo II	
Do regime constitucional da Prisão em Flagrante	55
1. Prisão em flagrante e normas penais incriminadoras: a proteção de direitos fundamentais e de bens coletivos constitucionais.	55
1.1. Normas penais incriminadoras e a proteção de direitos fundamentais e de bens coletivos constitucionais.	55
1.2. A prisão em flagrante e a proteção imediata de direitos fundamentais e de bens coletivos constitucionais.	61

2. A prisão em flagrante e a não-submissão à cautelaridade ínsita às demais modalidades de prisão provisória. _____	64
2.1. A liberdade provisória como limite de toda prisão cautelar e a prisão em flagrante. _____	65
2.2. A instrumentalidade das prisões cautelares e a prisão em flagrante. ____	66
2.3. A imprescindibilidade como critério de toda prisão cautelar e a prisão em flagrante. _____	69
2.4. A reserva de jurisdição como sede para o decreto de todas as prisões cautelares e a prisão em flagrante. _____	74
3. Liberdade de locomoção e o preceito da proporcionalidade na prisão em flagrante. _____	78
3.1. Adequação. _____	79
3.2. Necessidade. _____	81
3.3. Proporcionalidade em sentido estrito _____	81
4. Dos quadrantes de tempo: das estritas coordenadas em que se pode realizar a prisão em flagrante. _____	84
4.1. Da prisão em flagrante no tempo _____	84
4.2. Da classificação sugerida das hipóteses de prisão em flagrante. _____	87
5. A prisão em flagrante enquanto uma restrição que tende para o seu fim: as fases administrativa e judicial da prisão em flagrante. _____	91
5.1. Da fase administrativa da prisão em flagrante: da prisão-captura ao envio da prisão-administrativa à autoridade judicial. _____	91
5.1.1. Da prisão-captura em flagrante _____	91
5.1.2. Da realização da prisão-captura à apresentação do preso à autoridade policial. _____	93
5.1.3. Da apresentação do preso à autoridade com atribuições para a lavratura do auto. _____	94
5.1.4. Da prisão-administrativa _____	95
5.1.5. Da necessidade de célere constituição da prisão-administrativa ____	97
5.1.6. Do envio da prisão-administrativa à apreciação judicial _____	100

5.2. Da fase judicial da prisão em flagrante: da homologação ao encerramento da prisão-administrativa.	102
5.2.1. Da verificação sobre a constitucionalidade/legalidade da prisão-captura e da prisão-administrativa: da homologação.	102
5.2.2. Fatos e prisão-administrativa: do âmbito cognitivo judicial.	104
5.2.3. Do encerramento da prisão-administrativa: da manifestação judicial acerca da manutenção da restrição à liberdade de locomoção	106
5.2.4. Liberdade provisória e vedações infraconstitucionais.	111

Capítulo III

Das normas paramétricas para a verificação da constitucionalidade/legalidade da prisão em flagrante	119
---	-----

Capítulo IV

As garantias constitucionais instituídas por regras na prisão em flagrante	123
1. Da garantia do preso de ser informado de seus direitos	123
2. Da garantia do preso de ser informado do direito a permanecer em silêncio.	125
2.1. Do momento da incidência do dever de informação acerca do direito a permanecer em silêncio.	128
2.2. Das conseqüências do desatendimento da norma.	133
3. Da garantia da comunicação imediata da prisão à autoridade judiciária competente	135
3.1. Do momento da incidência do dever de comunicação da prisão à autoridade judiciária competente	139
3.2. Das conseqüências do desatendimento da norma.	144
4. Da garantia da comunicação imediata da prisão à família ou à pessoa indicada pelo preso.	148
4.1. Do momento da incidência do dever de comunicação da prisão à família ou à pessoa indicada pelo preso.	151

4.2. Das conseqüências do desatendimento da norma.	152
5. Da garantia da identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório policial do preso.	154
5.1. Do momento da incidência do dever de identificação do responsável pela prisão ou pelo interrogatório policial do preso.	158
5.2. Das conseqüências do desatendimento da norma.	159
6. Da garantia da assistência de advogado	161
6.1. Do momento da incidência da garantia à assistência de advogado. ..	165
6.2. Das conseqüências do desatendimento da norma.	166
7. Da garantia da formalização da prisão por órgão com atribuições para tanto.	171
7.1. Da formalização da prisão em flagrante enquanto atividade de polícia judiciária	171
7.1.1. Atribuição em função da competência jurisdicional.	172
7.1.2. Atribuição em função da matéria.	174
7.2. Da garantia decorrente do parágrafo 1º, incisos I, II e IV, e do parágrafo 4º, do artigo 144 da Constituição.	178
7.3. Das conseqüências do desatendimento da norma.	179

Capítulo V

As garantias constitucionais instituídas por princípios na prisão em flagrante.	185
1. Das garantias da integridade física e moral	185
1.1. Adequação	186
1.2. Necessidade.	188
1.3. Proporcionalidade em sentido estrito.	189
2. Da garantia da assistência da família	191
2.1. Adequação.	193
2.2. Necessidade.	194
2.3. Proporcionalidade em sentido estrito.	195
Conclusão	199
Referências Bibliográficas	201